Relatório de Monitoramento Trimestral (RMT)

(Janeiro a Março de 2021)

Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM

DPDS - FUNAI
Abril de 2021

O Relatório de Monitoramento Trimestral (RMT) ora apresentado refere-se à execução da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (PGSRN) sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) no período de janeiro a março de 2021 (31/03/2021). Apresenta-se como continuidade do processo do monitoramento da referida Política (SEI 08620.006106/2020-83), já iniciado e registrado nos Relatórios de Monitoramento Trimestral da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (Processo 08620.006106/2020-83), com o intuito de aperfeiçoar o preenchimento de dados para melhor subsidiar o cidadão e o Estado. Registra-se que se encontra em andamento o detalhamento do Sistema de Monitoramento Interno da Política, por meio da realização de Oficinas conjuntas entre CGGAM e CGGE/Dages.

As informações aqui prestadas referem-se às linhas de ação, meta e indicador definidos no Formulário de Detalhamento da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais - PGSRN (2256541), que estabelece como meta prioritária:

"**Recuperar 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas até 2023, em diálogo com instrumentos de gestão ambiental e territorial e em articulação com políticas ambientais**."

Neste sentido, o presente Relatório inicia-se com a apresentação dos dados referentes à meta prioritária, mas aborda também informações relativas a outras linhas de ação da Política Pública no período de janeiro a março de 2021, quais sejam:

- Formação de indígenas em gestão ambiental e territorial
- Construção dos instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas
- Recuperação de vegetação nativa
- Conservação e manejo de fauna e flora
- Educação ambiental
- Monitoramento da qualidade da água para contribuir com a gestão dos recursos hídricos
- Mediação de conflitos e gestão integrada entre TIs e UCs
- Informação, Prevenção e Orientação acerca dos direitos decorrentes da legislação sobre acesso ao patrimônio genético e à proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Tais ações, assim como a meta prioritária da Política, contribuem tanto para o cumprimento da meta estabelecida no Plano Plurianual –PPA 2020-2023, Programa 0617 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - **atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas –** quanto para as ações estabelecidas como prioritárias no **Planejamento Estratégico da Funai.**

Os valores apresentados no presente RMT tem como fonte o Relatório Gerencial SIAFI de 28/03/2021 (SEI 2958297) considerando os valores liquidados até aquela data.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Para a execução das atividades previstas com o orçamento da União, segue informação quanto aos instrumentos de execução:

Convênio – Não se aplica (para todas as ações apoiadas pela CGGAM)

TED – Não se aplica (para todas as ações apoiadas pela CGGAM)

Contratos Uso Direto – As ações da CGGAM são, em sua maior parte, realizadas pelas unidades descentralizadas da Funai (Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais) por meio da descentralização de recursos. Ressalte-se que os contratos da Sede utilizados no ano de 2021 têm relação com o apoio para deslocamento de servidores para atividades de campo (diárias, combustíveis e passagens) no total de R$ 19.099,58.

Os principais itens contratados/adquiridos pelas Coordenações Regionais para a implementação de ações de competência da CGGAM com os recursos descentralizados foram:

- Despesas com passagens para deslocamento de servidores e colaboradores;

- Despesas com diárias para servidores;

- Auxílio a pessoas físicas (Auxílio Indígena);

- Aquisição de combustível, peças para veículos e manutenção de veículos para viabilizar o deslocamento de servidores e provimento de apoio logístico às atividades programadas;

Outros – O Projeto de Cooperação Internacional nº BRA/13/019, alocado na Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, atende a CGGAM por meio de editais de projetos ou de contratação de consultorias via licitação ou processo seletivo, os quais serão indicados no detalhamento das ações correspondentes ao longo deste Relatório.

Situação / Total de Instrumentos:

- Convênio: não se aplica
- TED: não se aplica
- Contrato (doações) – Não se aplica
- Contrato (uso próprio) – Não foi possível levantar o nº de contratos junto ao SIADI
- Transferência Fundo a Fundo: Não se aplica
- Emenda Parlamentar: Não se aplica

Valor Total No último RMT, referente a 2020, que considerou os valores apurados em 30/12/2020, **foram liquidados R$408.476,14.** Ainda teremos que observar a liquidação dos valores destacados em restos a pagar não processados do exercício 2020 após a sanção da Lei Orçamentária Anual – LOA 2021.

No entanto, para este 1º. Trimestre/2021, temos o valor de **R$ 39.050,46 liquidado** para as ações que foram possíveis de serem realizadas, considerando a utilização do duodécimo e os limites disponíveis para empenho.

Instrumento	Total de Instrumentos	Situação (% total instrumentos)	Emenda Parlamentar (% do valor total)	Valor Total
Convênio	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TED	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Contrato - Aquisição Direta (doações)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio)	Não foi possível levantar o nº de contratos junto ao SIADI	Não foi possível levantar a situação dos contratos junto ao SIADI	Não se aplica	R$ 39.050,46
Transferência Fundo a Fundo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Projeto de Cooperação Técnica Multilateral com PNUD - BRA 13/019 PNGATI	100% em execução	Não se aplica	0

Fonte: SIAFI Gerencial 28/03/2020.

INDICADORES

Indicador e meta da Política

Nome do Indicador : Recuperar 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas até 2023, em diálogo com instrumentos de gestão ambiental e territorial e em articulação com políticas ambientais				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de hectares recuperados em terras indígenas	+	RAE	Trimestral	0	0	50 ha	0	1,2 ha	
Data da Última Coleta	30/03/2021								

Observações:

1) Em 2019 a CGGAM monitorava outros indicadores definidos no âmbito do PPA 2016-2019. No entanto, após a definição da ação estratégica em 2020, há um esforço interno no sentido de levantar dados de exercícios anteriores para que contribuam com o entendimento da meta estipulada e todas

as demais etapas necessárias e anteriores, o que é de suma importância para a obtenção dos resultados; dentre essas etapas podemos citar: a identificação da área, eventualmente o tratamento do solo, aquisição de insumos e mudas, o plantio, o monitoramento do plantio, a reposição de mudas perdidas até a obtenção da área recuperada, a quantidade de pessoas capacitadas, sementes colhidas e utilizadas, dentre outras atividades. Esses processos podem levar, a depender da ação a ser aplicada, de um a seis anos inicialmente, ou seja, são ações que perpassam mais de um ciclo de PPA.

2) A meta de recuperação de 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas foi definida somente em meados do ano de 2020, no âmbito do detalhamento do Planejamento Estratégico da Funai para 2020-2023 e do PPA 2020-2023, bem como no contexto da pandemia de COVID-19, levando à indicação da meta de "zero hectares" para o ano de 2020 e de 50 hectares para os anos de 2021, 2022 e 2023, totalizando 150 hectares ao final do período de planejamento. No entanto, mesmo com o cenário de pandemia, no ano de 2020, houve obtenção de resultado positivo de 1,2ha recuperado.

3) As ações e projetos relacionados à meta de recuperação de 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas foram afetados diretamente pela pandemia de COVID-19. Neste sentido, tendo em vista o atual cenário de agravamento da pandemia e portanto, manutenção das restrições às atividades em campo nas Terras Indígenas, no primeiro trimestre de 2021 não foram apuradas modificações no quadro de hectares recuperados.

Indicamos ainda algumas ações realizadas que potencialmente contribuirão sobremaneira para a agenda de recuperação da vegetação nativa em TIs e para o alcance da respectiva meta, nas quais não houve desembolso de recursos neste primeiro trimestre:

- **Edital para fomentar a recuperação da vegetação nativa em Terras Indígenas localizadas nos Biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, a partir do apoio a pequenos projetos elaborados por organizações indígenas**: a ação é realizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional Funai - Pnud nº BRA/13/019, que visa à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.747, em 5 de junho de 2012. Encontra-se em fase de seleção de Propostas de Subvenção de Baixo Valor voltadas à Recuperação da vegetação nativa nos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Encontra-se em fase de análise pela Comissão de Seleção das propostas enviadas para, assim, prosseguir para a etapa de habilitação das instituições proponentes. Foram cumpridas no mês de março pela Comissão de Seleção do projeto as seguintes etapas: Etapa 1 – Habilitação e classificação da proponente e das propostas (critério eliminatório); Etapa 2 – Avaliação das propostas; e Etapa 3 - Aprovação das Propostas. Desta feita, as 29 organizações cujos projetos foram aprovados serão contatadas pela CORAM para orientações relativas à Oficina de capacitação inicial das proponentes, bem como para informações acerca dos procedimentos necessários para a assinatura dos acordos de subvenção. Essas atividades estão previstas para ocorrerem no mês de maio.
- **Elaboração de TDR para análise sobre o arranjo interinstitucional, mecanismos e critérios estaduais para o direcionamento de recursos da política de ICMS Ecológico para Terras Indígenas**. No momento, está ocorrendo a discussão, juntamente com as CRs, para o aprimoramento da minuta do TR e que visa a contratação da consultoria técnica especializada com apoio da Funai. A Publicação do TDR está prevista para março. No mês de março foi finalizado o Termo de Referência que visa a contratação de consultoria técnica especializada para realizar, com apoio da Funai, análise sobre o arranjo interinstitucional, mecanismos e critérios estaduais para o direcionamento de recursos da política de ICMS Ecológico para Terras Indígenas. A UGP do projeto aguarda manifestação da CGGP quanto à disponibilidade de servidor com perfil previsto no TdR para poder dar prosseguimento aos trâmites necessários à publicação do referido Termo, prevista para o mês de abril.

- **Termo de Referência para contratação de consultoria técnica (Pessoa Jurídica) para capacitação de servidores da FUNAI e indígenas**. O TR foi finalizado e visa: a.) à capacitação de servidores da Funai e de indígenas no tema da recuperação da vegetação nativa; b.) assessoria técnica e administrativa às organizações beneficiárias do Edital Projeto BRA nº 001/2020_Recuperação da vegetação nativa/ano 2020, de modo a subsidiar a Funai no monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos de recuperação da vegetação nativa nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga; c.) ao mapeamento e sistematização de atores, experiências e projetos afins que tenham potencial para o estabelecimento de uma rede de parcerias; d.) à elaboração de manuais de boas práticas sobre a recuperação ambiental; e.) registro audiovisual das ações desenvolvidas na órbita dos projetos contemplados pelo Edital nº 001/2020; e f.) à realização de um seminário nacional sobre o tema da recuperação da vegetação nativa nos três biomas. A UGP do Projeto encaminhou o TdR PJ ao setor de compras do PNUD (JOF) e a previsão é de que o Termo seja publicado no mês de abril.
- **Termo de Referência – Manejo de Quelônios**. Iniciou-se a discussão técnica preliminar, com pontos focais das CRs, acerca da elaboração do Termo de Referência para a contratação de consultoria técnica especializada para levantar e sistematizar dados sobre manejo e conservação de quelônios amazônicos em terras indígenas. Foi iniciada também articulação com a Coordenação de Monitoramento do Uso da Fauna e Recursos pesqueiros (COFAP/IBAMA) para apoio à elaboração do TdR, no contexto do diálogo e articulação interinstitucional promovidos por meio do ACT nº 33/2020, firmado entre Ibama e Funai**.**
- **Ação intitulada "Recuperação da vegetação nativa em Terras Indígenas" proposta pela Funai ao Programa EUROCLIMA+**: o EUROCLIMA+ é um programa de cooperação regional financiado pela União Europeia, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática na América Latina. O objetivo da ação proposta pela Funai e aprovada pelo programa, no valor de 100 mil euros, é promover o desenvolvimento de cadeias econômicas baseadas na recuperação da vegetação nativa em Terras Indígenas localizadas no Brasil. Ocorreram reuniões interinstitucionais entre CORAM/CGGAM, CGETNO, equipe do Programa Euroclima+ e Expertise France para o detalhamento do Plano de Ação apresentado pela Funai, que objetiva promover a recuperação da vegetação nativa em terras indígenas dos biomas Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal. No mês de março o Plano de Ação apresentado pela Funai (CGGAM e CGETNO) foi formalmente aprovado pelo Comitê de Gestão do Programa Euroclima+, além de constar dentre as ações prioritárias para implementação.
- **Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Ibama (ACT** Nº 33/2020): Tem como objetivo implementar ações conjuntas de monitoramento, conservação, recuperação e uso sustentável de recursos naturais em Terras Indígenas em dois componentes de atuação, quais sejam: (i) biodiversidade aquática; e (ii) conservação e recuperação ambiental. Foi realizada a elaboração do Plano de Ação 2021 do Componente de Recuperação Ambiental e iniciou-se a discussão sobre a elaboração do Plano de Ação 2021 do Componente de Biodiversidade Aquática. No mês de fevereiro, foi realizada a elaboração do Plano de Ação 2021 do Componente de Recuperação Ambiental e iniciou-se a discussão sobre a elaboração do Plano de Ação 2021 do Componente de Biodiversidade Aquática. Foi realizada, no mês de março, reunião para elaboração do Plano de Ação 2021 do Componente de Biodiversidade Aquática. Ainda no mês de março, foi realizada a Atividade 1.1 do Plano de Ação referente à aproximação técnica entre as equipes da CORAM/FUNAI, da COFAP e da COBIO/IBAMA para apresentação, compartilhamento e discussão dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições na temática. Em relação ao Plano de Ação 2021 - Recuperação Ambiental, foi realizada reunião com a COIT/CGMT/DPT com o objetivo de receber apoio desta coordenação no desenvolvimento de um modelo de priorização de áreas em cumprimento ao item 1 do Plano de Ação (Ação estratégica - propor metodologia para identificação de áreas em TIs que serão passíveis de implementação de projetos de recuperação ambiental e de conversão de multas).

- **Emergências e Desastres Ambientais:** Acompanhamento técnico continuado do processo de reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais ocasionados aos povos Tupiniquim e Guarani das Terras Indígenas (TIs) Tupiniquim, Caieiras Velha II e Comboios, localizadas no município de Aracruz, estado do Espírito Santo, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão da Mina Germano, de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A. apresentou no dia 03 de fevereiro de 2021, no âmbito do Comitê Interfederativo- CIF, a Informação Técnica n° 172/2020/CORAM/CGGAM/DPDS-FUNAI, a qual consiste na análise técnica do "Estudo do Componente Indígena (ECI)- Povos Tupiniquim de Aracruz" (Relatório Final- Volumes 1 e 2) elaborado pela Polifônicas Consultoria Socioambiental, também abarcando em seu escopo analítico o "Parecer Técnico- Estudo do Componente Indígena Povos Tupiniquim e Guarani" elaborado pela Fundação Renova- FR. Considerando as responsabilidades atribuídas à Funai pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e retratados no Termo de Referência emitido pelo órgão indigenista em 2016, a Funai manifestou-se pela aprovação do ECI Tupiniquim e Guarani, nos termos da mencionada Informação Técnica. A partir de tal apresentação no âmbito do CIF, deliberou-se pela aprovação do ECI, corroborando assim, a manifestação da Funai, autorizando dessa forma, o devido prosseguimento do processo, bem como, definiu a matriz de impactos/danos constante no ECI como base para o detalhamento das medidas de reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais ocasionados aos povos Tupiniquim e Guarani. Outrossim, os programas derivativos de tais medidas deverão ser objetos de dois processos específicos e distintos de elaboração e validação, ainda que articulados: Plano Básico Ambiental (PBA-CI) e o Programa/Plano/Proposta de Indenização do Componente Indígena do Povo Tupiniquim e Guarani. Ressalta-se, por fim, que deverão ser observadas as orientações e prazos estipulados nas manifestações da Funai. No momento estamos aguardando o envio do Plano de Trabalho/currículo da equipe consultora, pela FR para posterior apresentação desta para aprovação dos Povos Tupiniquim e Guarani e iniciar o Plano Básico Ambiental- PBA. Em relação ao mês de março, nos dias 9 e 10 a CORAM/CGGAM participou, representando a Funai, da 36º Reunião Ordinária da CT-IPCT. Na reunião foram tratados os seguintes assuntos: i.) contratação de equipe consultora para elaboração do PBA-I; ii.) apresentação do cronograma SAA e SAAE; e iii.) discussão da política indenizatória aos povos indígenas atingidos pelo RBF.

Quanto às atividades para as quais houve descentralização de recursos, informamos que a CORAM realizou a descentralização R$ 2.576,00 para o Plano de Trabalho solicitado pela Coordenação Regional de Campo Grande/MS, que consistia na Atividade/Projeto de levantamento de informações para preenchimento de tábuas avaliativas em relação a Avaliação qualitativa na aplicação de recursos do ICMS Ecológico junto às comunidades indígenas. Além deste Plano de Trabalho, foi atendida a solicitação pontual, via Ofício, de descentralização de R$ 1.745,00 para que a Coordenação Regional de João Pessoa realizasse o apoio à manutenção dos sistemas agroflorestais implantados nas aldeias Tabajara em 2020, da Aldeia Vitória, localizada no município de Conde/PB.

Observamos que quanto ao Sistema de Monitoramento Interno da Política, o tema deverá ser retomado com a CGGE/Dages. No entanto, a título de conhecimento, assim como no último RMT, apresentamos a seguir informações sobre as demais linhas de ação da PGSRN, considerando o período de janeiro a março de 2021 (31/03/2021). Estas linhas serão objeto de discussão interna para definição de quais delas serão incluídas no sistema de monitoramento interno da Política.

A seguir, segue o detalhamento de outras linhas de ação da PPGSRN:

- **Ações voltadas ao planejamento em gestão territorial e ambiental**

Foram realizadas Oficinas de Visão e Elaboração referentes ao Projeto BRA 13/019 Edital 01/21 para servidores das Coordenações Regionais Minas Gerais e Espírito Santo, Sul da Bahia e para indígenas e servidores da Coordenação Regional de Dourados/MS. Neste processo há diversas etapas a serem cumpridas, esta atividade foi para esclarecer dúvidas quanto a elaboração das propostas a serem remetidas ao Projeto até 12/04/2021. A próxima etapa prevista, após o fechamento do período de apresentação das propostas, será a análise e seleção. O edital trata da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental ou instrumentos comunitários que apoiem a gestão territorial e ambiental de terras indígenas e que poderão futuramente integrar um PGTA nos biomas Mata Atlântica e Pampa. O recurso global para esta chamada é de R$ 1.050.000,00 (alocados no PNUD).

- **Ações voltadas à formação em gestão ambiental e territorial**

Destacam-se as ações relacionadas ao Curso de Formação PNGATI em EaD. Houve o acompanhamento e participação no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional Funai e GIZ, elaborado o Termo de Referência para construção e transposição de uma trilha de aprendizagem em PNGATI, composta por oito módulos, no formato EaD, em parceria com a Escola de Governo virtual da ENAP. Um dos insumos para o curso são videoaulas que abordarão experiências indígenas em diferentes Terras Indígenas. Além disso, houve o apoio aos cineastas indígenas para desenvolverem a vídeo aula sobre experiências em Gestão Ambiental e Territorial para o Curso EaD PNGATI. No primeiro trimestre de 2021 formou-se o Grupo de Trabalho para operacionalizar e construir conteúdos do curso EaD PNGATI, junto a empresa vencedora da licitação (Ellion Consultoria Socioambiental), sendo realizadas 4 reuniões virtuais e aprovado o Produto 1 (Plano de Gerenciamento do Projeto).

- **Monitoramento da qualidade da água para contribuir com a gestão dos recursos hídricos**

Foi realizado Webinário realizado pela COPAM/CGGAM sobre a participação da FUNAI e dos indígenas no processo de elaboração do Plano Nacional dos Recursos Hídricos - PNRH (2022-2040), com a participação do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, e servidores lotados nos Serviços de Gestão Ambiental e Territorial, Coordenações Técnicas Locais e Frentes de Proteção Etnoambiental de 20 Coordenações Regionais da Funai (NE-I, NE-II, BSF, SB, MA, MG-ES, DOU, PPA, CGR, CAC, JPR, GJM, ANP, ATO, XING, INTS, LISE, CGB, XAV e LIS). Considerando o alcance temporal e a abrangência nacional do PNRH, a Coordenação de Políticas Ambientais da Funai, em articulação intersetorial e interinstitucional, elaborou um projeto com o intuito de promover ações para incidir em todas as etapas do processo de elaboração do PNRH 2022-2040, de modo a fomentar o reconhecimento e a inclusão dos interesses indígenas no Plano. / Desdobramentos: foi elaborado um calendário de reuniões regionalizadas para preparar os servidores a participarem das oficinas regionais que ocorrerão entre os meses de março e maio (e compõem o calendário oficial do processo de elaboração participativa do Plano).

No mês de março, a COPAM/CGGAM promoveu reunião preparatória (25/03) com servidores das CRs Litoral Sul, Interior Sul e Guarapuava, juntamente com indígenas indicados por estes, buscando alinhar e definir estratégias para a participação na Oficina de elaboração do PNRH da Região Sul, ocorrida no dia 30/03. Desdobramento: apesar das críticas à metodologia adotada pela equipe responsável pela condução da Oficina houve o entendimento geral de que a participação indígena e de servidores da Funai contribuiu para dar visibilidade à temática indígena no evento e para o comprometimento da equipe no sentido de revisar a metodologia adotada.

Além disso, destacamos a conclusão das entrevistas referentes ao processo seletivo do Edital 003/2020 (BRA/13/019) para contratação de consultoria, para levantamento e sistematização de dados referentes à participação de povos indígenas em políticas e programas relacionados à gestão de recursos hídricos.

- **Mediação de conflitos e gestão integrada entre TIs e UCs**

Em continuidade às ações de 2020, estão sendo acompanhadas as ações relativas ao Termo de Referência (Projeto BRA/13/019) para levantamento e sistematização de dados referentes à sobreposição territorial entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipais.

Além disso, destacamos a realização de reunião com o Serviço Florestal Brasileiro para articulações sobre a regulamentação da Cota de Reserva Legal em Terras Indígenas e do Cadastro Ambiental Rural para povos indígenas. Foi elaborado um Ofício a ser encaminhado ao SFB, formalizando o requerimento de normatização para a regulamentação do tema. Serão designadas novas reuniões com a participação das Coordenações pertinentes para a continuidade dos diálogos interinstitucionais e a criação conjunta das respectivas normativas.

Indicamos ainda a realização de reunião com o IBAMA para articulações sobre a regulamentação do manejo florestal sustentável em Terras Indígenas. Como desdobramento, está sendo elaborada uma minuta de normativas para a regulamentação do tema. Serão designadas novas reuniões com a participação das Coordenações pertinentes para a continuidade dos diálogos interinstitucionais e a criação conjunta das respectivas normativas.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

No âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) e por meio da Cooperação Internacional com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), está sendo estruturado **o Projeto de *Business Intelligence* com foco na Gestão Territorial e Ambiental e na Promoção ao Etnodesenvolvimento.** Essa ação envolve modelagem e implementação de Banco de Dados relacional SQL, DataWarehouse, ferramentas ETL, OLAP e mineração de dados, contemplando licenças de uso como parte necessária para o desenvolvimento da solução global**.**

Essa ferramenta tem o objetivo de armazenar, sistematizar e relacionar as informações contidas nos bancos de dados das Coordenações-Gerais da DPDS (como PATs, RAEs, planilhas, mapas etc.), visando gerar análises e produzir relatórios que possibilitem integrar os diversos aspectos dos territórios indígenas, a fim de subsidiar as tomadas de decisão dos gestores na execução das políticas públicas.

Pontos Fracos – Não houve empresa selecionada no processo de licitação para desenvolver o BI, pois nenhuma empresa manifestou interesse.

Pontos Fortes – Diálogo via Acordo de Cooperação Técnica com a TNC, para obter apoio de consultoria na estruturação de metadados e do banco de dados necessários para compor o BI (processo SEI 08620.002241/2021-31).

ANÁLISE DO RESULTADO

Planos Anuais de Trabalho - PATs - Em fase de recebimento de processos a serem retomados em 2021 e novas demandas. Os mesmos entram em fase de análise, no entanto os encaminhamentos serão dados somente após a liberação do Orçamento 2021 da CGGAM. Até 31/03/2020, foram desenvolvidas 12 atividades, ações ou projetos que impactaram aproximadamente 14 Terras Indígenas.

Destaca-se que inúmeras atividades foram realizadas sem desembolso de recursos; ainda assim, foram promovidas orientações, construção de acordos, elaboração de editais e articulações intersetoriais e interinstitucionais, dentre outras atividades.

As ações apoiadas pela CGGAM contribuem diretamente para a promoção do bem-estar da população indígena, seja por meio de instrumentos de gestão e de diálogos que auxiliam no planejamento das ações a serem realizadas no território, seja por meio de discussão nos colegiados que promovem atuação em prol dos povos e indígenas.

Tendo em vista a dificuldade para atuar diretamente nos territórios indígenas em decorrência da pandemia de COVID-19, mesmo com a vacinação em curso, estão sendo realizadas algumas atividades com a adoção rigorosa dos protocolos de segurança além da realização de reuniões em formato virtual por meio de plataformas eletrônicas.

Situações que impactaram positivamente:

Dentre as situações que impactaram positivamente a atuação da CGGAM destacamos:

- O processo de constante aprimoramento de Instrumentos de Trabalho já utilizados, mais especificamente o Plano Anual de Trabalho (PAT), o Relatório Atividades Realizadas (RAE) e a Planilha de controle interno de descentralizações, permitindo a sistematização de informações de forma mais qualificada e objetiva e contribuindo para maior efetividade no monitoramento e prestação de contas dos resultados alcançados pelas atividades apoiadas pela CGGAM.
- O quadro de servidores da CGGAM.
- A maior aproximação, diálogo e articulação entre a CGGAM e as unidades descentralizadas, especialmente com os Serviços de Gestão Ambiental e Territorial (SEGAT's).

Situações que impactaram negativamente:

A pandemia de COVID-19, agravada neste primeiro trimestre de 2021, continua inviabilizando grande parte das ações da CGGAM a serem realizadas junto às Coordenações Regionais e territórios indígenas, devido à necessidade de isolamento social de indígenas e servidores, impedindo atividades que envolveriam aglomeração de pessoas (o que ocorre em grande medida nas ações e projetos da Coordenação). Assim, continua exigindo o redirecionamento dos esforços das unidades descentralizadas para as ações de enfrentamento à pandemia e seus efeitos sobre as comunidades indígenas (ações conjuntas com a SESAI – vacinação), distribuição de EPIs e fornecimento de cestas básicas para garantir a segurança alimentar.

Outro fator que também impacta a execução das ações apoiadas pela CGGAM diz respeito ao orçamento, o qual somente foi votado no Congresso Nacional no final de março e ainda aguarda a sanção presidencial. Neste período, os trabalhos foram apoiados com recursos de duodécimo e com restrições de limites de empenho; algumas ações, de âmbito administrativo, foram prejudicadas.

Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos:

Diante dos cenários expostos acima, a CGGAM realizou diversas atividades destacadas no início deste RMT, que não fizeram uso de recursos orçamentários e com baixa atividade em território indígena. Estas atividades promovem a qualificação de servidores e indígenas para o bom desempenho das atividades que se seguirão assim que o orçamento for autorizado e que o cenário de pandemia seja superado.

RISCOS

Na tabela de gestão de riscos construída no Formulário de Detalhamento da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (copiada abaixo) estão **em negrito** os principais riscos monitorados e para os quais foram implementados artefatos de controle, descritos logo em seguida.

Matriz de riscos:

Com relação à matriz de risco é necessário o preenchimento da tabela com o artefato de monitoramento.

Tipo de Risco (1)Operacional (2)Imagem/reputação do órgão; (3)Legais (4)Financeiros /orçamentários (5)Integridade	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probab. de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
4	Insuficiência de recursos financeiros	Alto	Alta	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.	2
1	Insuficiência de recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Alto	Média	Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas.	2
1	Insuficientes procedimentos, mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados e informações produzidos parte das CRs e CTL	Médio	Média	Implantar rotinas, prática procedimentos e instrumentos de coleta, tratamento e avaliação de dados e informações pertinentes à gestão sustentável dos recursos naturais. Identificar e compatibilizar fontes de dados já existentes.	2
1	Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) acerca da Política	Alto	Média	Aprimorar mecanismos de formação e informação sobre a Política voltados aos servidores e demais órgãos que desenvolvem ações	2

	Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)			conexas.	
1	Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental a serem executados	Alto	Alta	Promover a divulgação dos PGTAs e demais instrumentos de gestão territorial e ambiental no âmbito da Funai e dos demais órgãos que desenvolvem ações afetas ao tema.	2
1, 2	Dificuldades operacionais em manter espaço institucional e participativo de formulação, coordenação e avaliação da implantação da política indigenista	Médio	Alta	Promover espaços interinstitucionais.	2

Artefato de controles implementados:

Insuficiência de recursos financeiros: a Funai firmou alguns Acordos de Cooperação com organizações internacionais que poderão alavancar recursos para a execução de atividades que contribuirão para o cumprimento da meta. Estes recursos serão aplicados diretamente, sem repasse de recursos para a Funai (USAID, KFW, GIZ). A CGGAM continua atuando e acompanhando os mesmos no que concerne às suas atribuições.

Os mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados e informações produzidos: está em curso a elaboração de um sistema de Business Inteligence (BI) no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) com foco na gestão territorial e ambiental e na promoção ao etnodesenvolvimento, que auxiliará no registro das informações e na emissão de relatórios informativos. Espera-se a conclusão do mesmo em meados de 2021.

Acerca da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI): A CGGAM vem atuando diretamente no desenvolvimento do curso de PNGATI EaD em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; o curso prevê oito módulos independentes que abordarão o histórico de construção e os eixos da PNGATI, visando a qualificar a atuação técnica de servidores e indígenas na execução dessa política pública. Reconhecer e registrar nas ações apoiadas a relação com a PNGATI e assim fortalecer e dar visibilidade à Política (identificar os eixos).

CONCLUSÃO

Tendo em vista o atual cenário de agravamento da pandemia e, portanto, manutenção das restrições às atividades em campo nas Terras Indígenas, no primeiro trimestre de 2021, não foram apuradas modificações no quadro de hectares recuperados, relativos à meta prioritária da PPGSRN. Além disso, neste período, foi necessário atuar apenas com os recursos de duodécimo, em razão da recente aprovação do Orçamento 2021 em 25 de março.

Diante deste cenário, a CGGAM realizou a descentralização de recursos para as Coordenações Regionais, na medida do possível, buscando apoiar ações que não estão inviabilizadas pelas restrições decorrentes da pandemia. Estamos em processo de finalização do planejamento interno e adequação dos formulários de Planos de Trabalho Anuais e Relatórios de Atividades Executadas, no aguardo de melhora no cenário relativo à pandemia, o que permitirá a retomada das atividades de gestão territorial e ambiental nas Terras Indígenas.

Como explicitado anteriormente, destacamos a atuação em diversas ações relativas às outras linhas de ação da PPGSRN, que não requerem a descentralização de recursos e atividades em campo nas Terras Indígenas, mas que colaboram significativamente tanto para a estruturação de condições de execução de projetos que contribuirão para a meta prioritária quanto para as demais ações de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas abrangidas pela Política.

Tabela de monitoramento das atividades/ações/projetos apoiados no 1o. trimestre segue em outro arquivo drive. Desconfigura neste arquivo.